



Maryluci da Silva Ribeiro Marta Ferreira Abdala Mendes

GUIA EDUCACIONAL

Contribuição para Formação
Continuada dos Docentes da
Educação Profissional Tecnológica
(EPT) atuantes na perspectiva
inclusiva



Descrição da imagem: Fotografia do Campus Rio de Janeiro do IFRJ.

Fonte: Divulgação/IFRJ

Descrição da imagem: Fotografia do Campus Centro do IFF. Fonte: Divulgação/IFF



Este material está licenciado nos termos da Licença CC-BY-NC-SA, podendo ser remixado, adaptado e servir para criação de materiais derivados, desde que com fins não comerciais, que seja atribuído crédito ao autor e que os materiais derivados sejam licenciados sob a mesma licença.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Produto Educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ – Campus Mesquita

Tipo de ação: Guia Educacional ao Professor

Objetivo da ação: Contribuir com a formação continuada dos Professores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que trabalham com estudantes com deficiência

Modalidade: Formação continuada

Instituições parceiras: IFRJ e IFF

Públicos -alvo: Professores da RFEPT

Arte Gráfica: Uso do Canva, ferramenta gratuita de design gráfico online

desenvolvido por Maryluci da Silva Ribeiro e

Maryna Ribeiro Soares

Desenho Digital e Diagramação: Maryluci da Silva Ribeiro e

Maryna Ribeiro Soares



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Guia Educacional

Contribuição para Formação Continuada dos Docentes da Educação Profissional Tecnológica (EPT) que atuam na perspectiva inclusiva.

Autor(a)

Maryluci da Silva Ribeiro

Orientador(a) **Prof^a Dr^a Marta Ferreira Abdala Mendes**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

R484 Ribeiro, Maryluci da Silva.

Guia educacional: contribuição para formação continuada dos docentes da educação profissional tecnológica (EPT) que atuam na perspectiva inclusiva. / Maryluci da Silva Ribeiro; Marta Ferreira Abdala Mendes. - Rio de Janeiro, 2024.

78p.: il. color.

ISBN 978-65-00-99051-5

Guia educacional.
 Educação profissional tecnológica.
 Formação continuada.
 Mendes, Marta Ferreira Abdala.
 Título.

IFRJ/CGBIBLIOCDU 373

Ficha catalográfica elaborada por Thais da Silva Alves CR B7 -6 200

SUMÁRIO

Apresentação	1
Reflexão	2
O IFRJ	3
Os Campi	5
Cursos Ofertados	5
Distribuição dos Campi do IFRJ em Mesorregiões e Microrregiões do Estado do Rio	
de Janeiro	6
O IFF	7
Os Campi	9
Cursos Ofertados	9
Abrangência Geográfica do IFF	10
EPT	
O que é Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?	12
Educação Especial	15
O que é a Educação Especial?	
Categorias de Inserção de Pessoas com Deficiência	18
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	20
Papel Social do IFRJ	21
NAPNE IFRJ	22
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais	
Específicas	28
Papel Social do IFF	29
NAPNEE IFF	30
Inclusão	36
O professor e a Inclusão	37
Práticas Inclusivas	38
Plano Nacional de Educação (PNE)	
Conheça Algumas Necessidades Específicas dos Estudantes	40
Como Chamar	46
Tecnologias Assistivas	47
Tecnologia Assistiva: O que é?	48
Exemplo de Tecnologias Assistivas	49
Be My Eyes	49
Leitores de Tela e Ampliadores	50
Hand Talk	51
Tecnologia Assistiva Econômica	52
Materiais Adaptáveis	53
Ferramentas Gratuitas de Tecnologia Assistiva	54
Acessibilidade	55
O que é Acessibilidade	56
Dimensões da Acessibilidade	58
Relatos de Experiências Docente	61
Considerações Finais	65
Referência	
Sobre as Autoras	73



APRESENTAÇÃO

Caro (a) Professor(a)

O Produto Educacional, em formato de Guia Educacional, foi construído por Maryluci da Silva Ribeiro e orientado pela Professora Dra Marta Ferreira Abdala Mendes, a partir da pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Rio de Janeiro, intitulada: Formação Continuada em Serviço: Troca de Experiência e Práticas Inclusivas dos Professores do IFRJ e IFF.

Considerando as especificidades enfrentadas pelos professores do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, em âmbito da Educação Profissional e Técnica (EPT), e levando em conta que em muitos casos os professores não receberam formação inicial voltada para atender o estudante incluso, optamos por elaborar esse guia com a intenção de contribuir na formação continuada em serviço para esses docentes, na perspectiva inclusiva de formação integral. Dessa maneira, esse produto educacional pretende ser mais um material que possa auxiliar nas dificuldades encontradas para efetivar práticas inclusivas para o estudante incluso na EPT, de modo que o aluno possa receber um ensino voltado para a dimensão social, além do conhecimento técnico, para atuar em sociedade de forma crítica e reflexiva.

A partir de entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa, alguns professores do IFRJ e do IFF que lecionam no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, foi possível identificar alguns anseios que os docentes encontram em trabalhar com os estudantes PcD. Nesse sentido, o Guia aborda conteúdos importantes para auxiliar o professor, atuante no EMI, de maneira que se sinta encorajado a desenvolver práticas inclusivas para o estudante incluso e, assim, este possa perceber seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, como seus pares.



"Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo".

PAULO FREIRE, 1987.

OIFRJ



Descrição da imagem: Logo do IFRJ

Instituto Federal do Rio de Janeiro

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) é uma instituição de educação profissional e superior que faz parte da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, que tem a missão de promover a educação profissional do estudante, contribuindo para a formação do cidadão crítico que possam transformar a sociedade. Foi criado em 2008, através da lei 11.892, que transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica em Química (CEFETEQ) de Nilópolis (RJ) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Com o mesmo ato foi integrado à Instituição o então Colégio Agrícola Nilo Peçanha (que era vinculado à Universidade Federal Fluminense, UFF), transformando-se em uma única Instituição Federal.

Conheça o IFRJ

CLIQUE AQUI



Descrição da imagem: Fotografia do Campus Nilópolis do IFRJ. Fonte: Divulgação IFRJ Nilópolis



Descrição da imagem: Fotografia do Campus Rio de Janeiro do IFRJ. Fonte: O Globo



Os Campi

A partir dos dados presentes no portal IFRJ, a Instituição conta com quinze campi: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda.

Cursos Ofertados

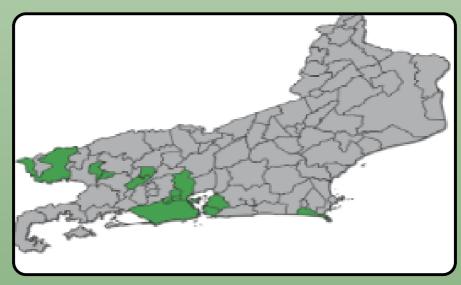
- Cursos técnicos subsequentes ou concomitantes ao Ensino Médio;
- Cursos técnicos integrados ao Ensino Médio;
- Cursos de extensão;
- Curso de Formação: Inicial Continuada (FIC), tanto presencialmente quanto na modalidade EaD;
- Cursos superiores em tecnologia, Licenciaturas, bacharelados, especializações, mestrados e doutorados.



Distribuição dos Campi do IFRJ em Mesorregiões e Microrregiões do Estado do Rio de Janeiro

Mesorregião	Microregião	Campus
Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos	Arraial do Cabo
	Rio de Janeiro	Niterói
		São Gonçalo
		Realengo
		Rio de Janeiro
Metropolitana	Baixada Fluminense	São João de Meriti
		Belford Roxo
		Duque de Caxias
		Mesquita
		Nilópolis
	Vassouras	Engenheiro Paulo de Frontin
		Paracambi
Sul Fluminense	Vale do Paraíba Fluminense	Volta Redonda
		Pinheiral
		Resende

Descrição da imagem: Quadro com distribuição dos campi do IFRJ por Região do Estado do Rio de Janeiro: Baixadas Litorâneas, Metropolitana e Sul Fluminense. Fonte: Portal IFRJ.



Descrição da imagem: Mapa com distribuição dos campi do IFRJ por Região do Estado do Rio de Janeiro: Baixadas Litorâneas, Metropolitana e Sul Fluminense. Fonte: Portal IFRJ.

O IFF



Descrição da imagem: Logo do IFF

Instituto Federal Fluminense

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), que anteriormente era denominado Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-Campos), foi criado com a publicação no D.O.U. a Lei Nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. É uma instituição de educação profissional e superior que faz parte da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia.

Conheça o IFF

CLIQUE AQUI



Os Campi

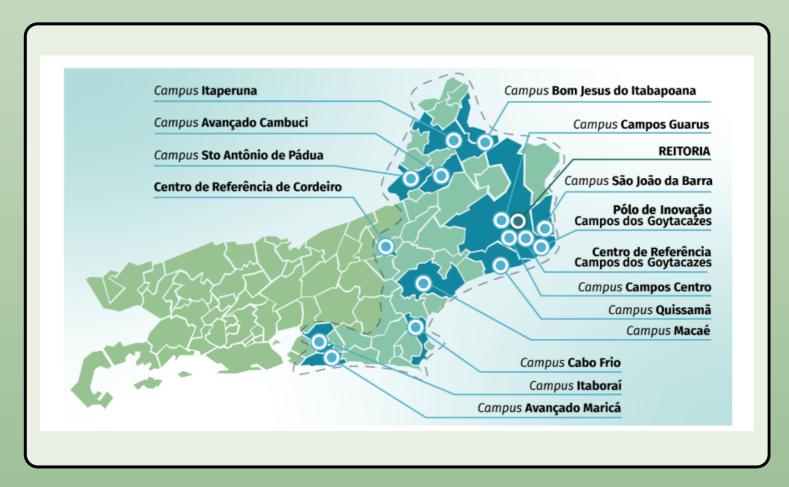
A partir dos dados presentes no portal IFF, a instituição conta com doze campi: Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Cambuci (Campus Avançado), Campos Centro, Campos Guarus, Centro de Referência, Cordeiro (Unidade de Formação), Itaboraí, Itaperuna, Macaé, Maricá (Campus Avançado), Polo Inovação, Quissamã, Reitoria, Santo Antônio de Pádua, São João da Barra.

Cursos Ofertados

- Cursos de Línguas;
- Ensino Profissional Médio de Nível Técnico:
- Ensino Superior (Bacharelado e Licenciatura);
- Educação à Distância;
- Cursos de Formação: Inicial e Continuada(FIC);
- Tecnológico;
- Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização);
- Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado).



Abrangência Geográfica do IFF



Descrição da imagem: Quadro com a abrangência Geográfica dos campi do IFF por Região do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Portal IFF.

EPT



gestor



Descrição da imagem: Fotografia de estudantes uniformizados lendo ao ar livre. Fonte: Portal IFRJ.

O que é Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é a modalidade de ensino, no qual, garante dois direitos fundamentais ao cidadão: o direito a educação e o direito ao trabalho.

A Resolução 1/21 do CNE/CP, cita que:

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.



A EPT, pautada na dimensão do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, tem a finalidade de preparar o cidadão para a vida laboral, o levando a suprir sua própria sobrevivência por meio do trabalho. Tem a missão de oferecer uma educação completa com o ensino integrado, politécnica e omnilateral, levando o sujeito a sua emancipação social (Ciavatta, 2012).

A EPT integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (LDBEN,1996), oferecendo cursos que são organizados por eixos tecnológicos. Os cursos oferecidos podem ser: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A EPT é uma modalidade de ensino cujos objetivos estão estabelecidos nas dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia (BRASIL, 1996) assume o compromisso com a educação pública de qualidade e emancipação humana.





Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) define e organiza o sistma educacional brasileiro, da Educação Básica ao Ensino Superior.

Aprovada em 20 de dezembro de 1996, tem como objetivo assegurar o direito a educação para todos os estudantes.

A EPT e uma modalidade de ensino que a LDB garante e articula em várias modalidades, garantindo ao estudante o preparo ao trabalho.

RESOLUÇÃO 1/21.

A Resolução foi publicada em 5 de janeiro de 2021 e define diretrizes Curriculares Nacionais Grais para a EPT.

Compõe um conjunto de articulações que os sistemas de ensino que oferecem EPT, tanto público como privado precisam respeitar para organizar, planejar, desenvolver e avaliar para a qualidade do ensino profissional.

Saiba mais!

CLIQUE AQUI

CLIQUE AQUI



EDUCAÇÃO ESPECIAL





O que é a Educação Especial?

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) a Educação Especial é uma modalidade de ensino e tem por objetivo atender de forma igualitária estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação.

A Lei 13 146/15 em seu art. 2°:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Por se tratar de uma modalidade interdisciplinar e que pode estar presente em outras modalidades, a Educação Especial busca atender as necessidades e diferenças individuais de cada aluno, assegurando uma série de recurso para que esse atendimento ocorra da melhor maneira possível e que a Pessoa com Deficiência tenha as mesmas oportunidades que a Educação Básica e o Ensino Superior

> 58. Entende-se Art. educação por especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência. transtornos globais do desenvolvimento habilidades e altas OU superdotação.



Assim, como uma modalidade que está presente em todos os níveis da educação básica, a educação especial considera a inclusão da pessoa com deficiência, e mesmo havendo um crescente número de inscritos no ambiente escolar, muitos ainda desconhecem o que é a Educação Especial e o significado da inserção dessas pessoas na sociedade.

Lei 13.146/2015

Também conhecida como estatuto da pessoa com deficiência, a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, entrou em vigor para assegurar e promover o direito à liberdade fundamental e garantindo a inclusão social e a cidadania a pessoa com deficiência.

Entre as várias medidas que a lei garante a pessoa com deficiência está o direito ao trabalho como forma de suprir sua sobrevivência e inserção social.

Conheça a Lei

CLIQUE AQUI



Categorias de inserção de pessoas com deficiência

Com a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, espera-se que essa se torne mais diversa e solidária, no entanto, ainda se encontram, barreiras, sobretudo, atitudinais para uma completa inclusão no ambiente escolar (Carvalho, 2007).

Isso pode levar a uma suposta socialização, uma espécie de tolerância da presença do estudante em sala de aula; e o que decorre dessa situação é a perpetuação da segregação, mesmo que o aluno esteja frequentando um ambiente escolar comum (Brasil, 2006, p 73).

É possível perceber como se dá o processo de escolarização desses estudantes por meio do infográfico elaborado pelo Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que indica as categorias de inserção de Pessoa com Deficiência nas escolas.



O que é a inclusão?

Os ambientes educacionais para estudantes com deficiência vão desde a total privação dos serviços educacionais até a participação igualitária em todos os aspectos do sistema educacional Para este artigo, descrevemos as experiências educacionais dos estudantes com deficiência utilizando as quatro categorias abaixo.



A exclusão ocorre quando estudantes são direta ou indiretamente privados de acessar qualquer forma de escolarização.





INTEGRAÇÃO

A integração é o processo de inserir estudantes com deficiência no sistema regular de ensino com atendimento em salas exsclusivas (e atividades especificas) às pessoas com deficiência.



. . .

A inclusão envolve um processo de reforma sistemática, incorporando aprimoramentos e modificações em conteúdo, métodos de ensino, abordagens, estruturas e estratégias de educação para superar barreiras, com a visão de oferecer a todos os estudantes uma experiência em um ambiente de aprendizado igualitário e participativo, que corresponde as suas demandas e preferências, inserir estudantes com deficiência em salas de aula tradicionais sem esses aprimoramentos e modificações não constitui inclusão.

INCLUSÃO

Descrição da imagem: Quadro contendo as experiências educacionais dos estudantes com deficiência, divididos em quatro categorias: exclusão, segregação, integração e inclusão. Fonte: Malaquias (Movimento Down, 2016).

NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS



Descrição da imagém; Logo do



Papel Social do IFRJ

Como consta no Portal IFRJ, a Instituição tem três princípios balizadores em seu Papel Social:

Missão de "Promover Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contribuindo para a formação de cidadãos críticos que possam atuar como agentes de transformação e inclusão".

Visão de "Ser uma Instituição reconhecida pela sociedade como referência em educação profissional, científica e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino".

Valores de "Ética, Inclusão, Comprometimento, Transparência, Integração".

Pautados nesses princípios o IFRJ contribui com a transformação social e a inclusão da PcD, por meio de ações inclusivas que ao longo dos anos vem ganhando mais visibilidade, com o intuito de ser uma instituição pautada na diversidade e com o compromisso de oferecer uma educação integral a todos seus estudantes.

Nesse sentido, o IFRJ oferece aos servidores, formação integral, colaborando e auxiliando no trabalho de práticas inclusivas do estudante com deficiência.

Para contribuir existem os NAPNE nos campi, que oferecem formação continuadas aos docente.







O NAPNE é um setor dentro do IFRJ que compõe os grupos de ação da Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas (TEC NEP). É composto por equipe multidisciplinar que atua para que o estudante supere barreiras e alcance suas metas. Tem o objetivo de inserir a pessoa com deficiência na vida social por meio de ações diretas em cursos de formação inicial e continuada, técnico, tecnológico, licenciaturas, bacharelado e pós-graduação das instituições federais, mas que pode ter parcerias com os estados e municípios.

O NAPNE articula pessoas e setores para desenvolver ações para superar barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais, para que a pessoa com deficiência tenha o pleno desenvolvimento e tenha acesso ao ensino integral em igualdade aos seus pares.

Cada campus do IFRJ tem um NAPNE que articula ações para criar na instituição a cultura da "educação para a convivência".







Para a articulação e ações dos NAPNE, o IFRJ publicou, em 05 de junho de 2023, a Política de Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), que tem a intenção de garantir interdisciplinaridade, conhecimento e saberes para todas as pessoas com deficiência.

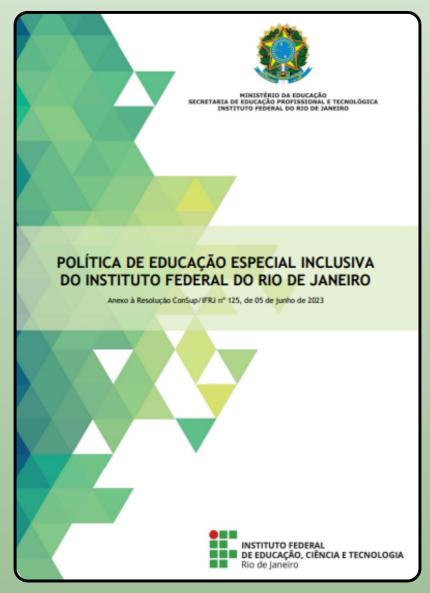
A política foi construída em oito meses, em conjunto com grupos de estudos (GT), com representantes das pró-reitorias do IFRJ, dos NAPNE, direção geral de todos os campi e especialistas na área. Essa é mais uma ação que visa garantir acesso à tecnologia assistivas e curriculares que garante a plena participação de todos na educação integral de qualidade.

A política de inclusão é um marco para IFRJ, pois trata de ações que cada campus terá que tomar para atender a pessoa com deficiência, entre outros assuntos a garantia de: acessibilidade, da sala de recursos multifuncionais, do atendimento educacional especializado, dos profissionais especializados que compõem a rede multidisciplinar de suporte, da adaptação/flexibilização curricular, a política de desenvolvimento e da qualificação profissional servidores na área de educação especial inclusiva e do financiamento e orçamento da educação especial inclusiva.









Descrição da imagem: Imagem da capa da Política de Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Fonte: Portal IFRJ.

Conheça a Política de Inclusão

CLIQUE AQUI







Cada campus do IFRJ tem um NAPNE que desenvolve ações para garantir que a pessoa com necessidade específica tenha acesso a cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações das instituições federais de educação profissional e tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino (Portal IFRJ, 2023).

GLOSSÁRIO

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: são aquelas formadas por profissionais com diferentes perfis e habilidades.

TEC NEP: Tecnologia, Cidadania Educação, Profissionalização Necessidades para Pessoas com Específicas.

GLOSSÁRIO

Interdisciplinaridade: Segundo Japiassu e Marcondes (1991), definem interdisciplinaridade como um método de pesquisa capaz de promover a interação entre duas ou mais disciplinas.

Recursos multifuncionais: São artifícios como equipamentos, mobiliários е materiais didáticos e pedagógico para 0 atendimento educacional especializado.



AÇÕES DO NAPNE IFRJ

- Parceria com o grupo de pesquisa em Educação Inclusiva e práticas pedagógicas;
- Reuniões mensais com os e membros do NAPNE:
- Roda de conversa sobre educação inclusiva e legislação com os professores do campus;
- Informativos digitais;
- Participação em reuniões de pais;
- Roda de conversa sobre Nova Política de Educação Especial Assistência a professores que atuam com o estudante com necessidade específica;
- Participação nas reuniões do Grupo dos NAPNE do IFRJ;
- Curso de Formação Básica;
- Atendimento Educacional Especializado (AEE).



Tire sua dúvida no NAPNE do IFRJ

Coordenação Geral de Atendimento Necessidade às pessoas com **Específica**

E-mail: cgnapne@ifrj.edu.br

Arraial do Cabo:

E-mail: napne.cac@ifrj.edu.br

Belford Roxo:

E-mail: napne.cbel@ifrj.edu.br

Duque de Caxias:

E-mail: napne.cduc@ifrj.edu.br

Engenheiro Paulo de Frontin:

E-mail: <u>napne.cepf@ifrj.edu.br</u>

Mesquita:

E-mail: napne.cmesq@ifrj.edu.br

Nilópolis:

E-mail: napne.cnil@ifrj.edu.br

Niterói:

E-mail: napne.cnit@ifrj.edu.br

Paracambi:

E-mail: <u>napne.cpar@ifrj.edu.br</u>

Pinheiral:

E-mail: <u>napne.cpin@ifrj.edu.br</u>

Realengo:

E-mail: <u>napne.creal@ifrj.edu.br</u>

Resende:

E-mail: <u>napne.cres@ifrj.edu.br</u>

Rio de Janeiro:

E-mail: napne.cmar@ifrj.edu.br

São Gonçalo:

E-mail: <u>napne.csg@ifrj.edu.br</u>

São João de Meriti:

E-mail: <u>napne.csjm@ifrj.edu.br</u>

Volta Redonda:

E-mail: <u>napne.cvr@ifrj.edu.br</u>

NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS



Descrição da imagem: Logo do NAPNEE do



Papel Social do IFF

De acordo com o projeto político pedagógico (PPP) do IFF a instituição tem a missão de favorecer para a construção de uma sociedade mais justa, contribuindo com a diminuição socioeconômica, desigualdades sociedade para uma mais sustentável, autônoma e solidária, acompanhando as mudanças contemporâneas.

Com base nesse princípio, o IFF tem o compromisso social e responsabilidade de estimular desenvolvimento 0 potencialidades do estudante para um olhar crítico da realidade.

Sua responsabilidade social se reverbera aos servidores, auxiliando no atendimento ao estudante com deficiência com ações inclusivas, ao qual, recebe acompanhamento por meio do trabalho realizado pelo NAPNE. Dessa forma, o estudante incluso terá a oportunidade de receber um ensino amplo e integral, que leve a sua emancipação, possibilitando suprir sua própria sobrevivência como seus pares.



NAPNEE IFF

Núcleo de Atendimento a Pessoas com **Necessidades Educacional Específica**





O NAPNEE é um setor que desenvolve ações com objetivo de apoiar neuropsicologicamente o estudante com deficiência, de maneira a garantir que este possa exercer seu papel social integralmente em igualdade aos demais.

O NAPNEE acolhe a necessidade do educando, assim, garantindo o acesso e permanência na escola do estudante incluso. Para essa garantia, conta com equipe multidisciplinar composta por psicopedagogo, psicólogo, terapeutas cognitivos comportamentais, psiquiatra, fonoaudiólogo e profissional de serviço social.

Ademais, tem a função de contribuir oferecendo formação continuada aos professores para que possam oferecer ao estudante deficiência todas as possibilidades de ter acesso conhecimento de forma ampla e integral.





NAPNEE IFF

Núcleo de Atendimento a Pessoas com **Necessidades Educacional Específica**





Entre várias políticas que garantem o acesso e permanência do estudante com deficiência no IFF, no dia 15 de outubro de 2018 foi publicado a resolução número 33, com objetivo de aiudar democratização do acesso, da permanência e da conclusão do ensino do estudante incluso.

A resolução permite realizar as ações para minimizar barreiras que possam impedir o acesso ou a permanência do estudante incluso a ter um ensino integral e de qualidade.

A Resolução 33 (2018) tem como objetivos:

- I. Promover a inclusão, acesso e permanência de pessoas com necessidades específicas em todos os seus níveis e modalidades de ensino.
- II. Regulamentar o apoio educacional especializado AEE -, de forma a prover condições de acesso, participação e aprendizagem do aluno, garantindo serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes nos campi do IFFluminense.
- III. Estabelecer o Núcleo de atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNEE - em todos os campi do IFFluminense.
- IV. Estimular e apoiar o desenvolvimento de Projetos voltados para o ensino e melhoria da qualidade de vida e a autonomia das pessoas com necessidades específicas.
- V. Eliminar barreiras informacionais, comunicacionais, atitudinais, físicas e espaciais e promover a garantia do acesso e utilização de todos os espaços nos campi do IFFluminense.



NAPNEE IFF

Núcleo de Atendimento a Pessoas com **Necessidades Educacional Específica**







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

RUA CORONEL WALTER KRAMER, 357, PARQUE SANTO ANTÔNIO, CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ, CEP 28080-565 Fone: (22) 2737-5600, (22) 2737-5624, (22) 2737-5625

RESOLUÇÃO N.º 33, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no so as atribuições que lhe foram conferidas pelos Artigos 10 e 11 da Lei N°. 11.892, de 29 de dezembro de 08 e o Decreto Presidencial de 05 de abril de 2016, publicado no D.O.U. de 96 de abril de 2016;

CONSIDERANDO:

Ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal Fluminense, realizada no dia 27 de setembro de 2018.

Art. I' - APROVAR, ad referendam, o Programa de Acossibilidade Educacional do Instituto Federal

PRESIDENTE DO CONSILHO SUPERIOR

Descrição da imagem: Página inicial da Resolução 33 de 15 de outubro de 2018 do IFF. Fonte: IFF

Conheça a Resolução



CLIQUE AQUI



NAPNEE IFF

Núcleo de Atendimento a Pessoas com **Necessidades Educacional Específica**





Portanto, o IFF oferece, a partir do NAPNEE, possibilidades para que o ao estudante com deficiência possa ter acesso com condições de permanência e continuidade ao ensino integral.

Conforme o portal do IFF, a instituição conta com doze campi e para cada um existe um NAPNEE. Por meio de ações, o setor possibilita ao estudante com deficiência tenha condições para que consiga dar continuidade ao estudo em todos os níveis educacionais em igualdade de oportunidades e sem discriminação.



AÇÕES DO NAPNEE IFF

- Apoio aos professores (minicursos para adaptação de material didático, orientação);
- Aulas de reforço, com material didático adaptado, nas disciplinas de matemática, física, química, biologia, inglês, eletrônica digital e informática com monitores e bolsistas dos cursos de licenciatura e cursos superiores;
- Apoio aos alunos nas salas de aula;
- Apoio aos alunos na realização de provas e outras atividades acadêmicas em sala especial, quando necessário;
- Adaptação de material didático para alunos com baixa visão e cegos;
- Participação nos processos seletivos (entrevistas c/ candidatos com necessidades educacionais especiais, adaptação de provas, orientação de fiscais e ledores).



Tire sua dúvida no NAPNEE do IFF

Arraial do Cabo:

E-mail: <u>napnee.cf@iff.edu.br</u>

Bom Jesus do Itabapoana:

E-mail: napnee.bomjesus@iff.edu.br

Cambuci:

E-mail: napnee.cambuci@iff.edu.br

Campos Centro:

E-mail: <u>napnee.ccent@iff.edu.br</u>

Campos Guarus:

E-mail: napnee.cguar@iff.edu.br

Itaboraí:

E-mail: napnee.itaborai@iff.edu.br

Itaperuna:

E-mail: <u>napne.itaperuna@iff.edu.br</u>

Macaé:

E-mail: <u>napnee.macae@iff.edu.br</u>

Maricá:

E-mail: <u>napnee.marica@iff.edu.br</u>

Quissamã:

E-mail: <u>napnee.quissama@iff.edu.br</u>

Santo Antônio de Pádua:

E-mail: <u>napnee.cstp@iff.edu.br</u>

São João da Barra:

E-mail: <u>napnee.sjb@iff.edu.br</u>

INCLUSÃO





O professor e a Inclusão

O termo inclusão causa bastante preocupação ao professor do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, que por vezes se sente despreparado para atender a demanda de incluir integralmente este estudante no sentido de oferecer uma educação de qualidade e pautada em formar um cidadão crítico e com valores de transformação e emancipação social.

Montoan (2006) e Figueiredo (2008) sustentam que a inclusão deve ocorrer de forma ampla, no entanto, com amparo necessário para garantir a aprendizagem.

É no dia a dia, com o estudante incluso que essas dúvidas se efetivam.

Saber sobre qual deficiência o estudante tem, implicar em reconhecer quais estratégias e abordagens tomar para garantir uma inclusão eficaz.

Para que o trabalho seja um elemento fundador do ser social (Marx e Engels, 1987), aqui representado pelo estudante com deficiência, são necessária a garantia de adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e a oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2015), para que o professor se sinta encorajado a efetivar práticas inclusivas a estudante com necessidade específica e assim, alcance sua emancipação social.



Práticas Inclusivas

A educação inclusiva é um conceito que se refere a uma abordagem educacional que valoriza e respeita a diversidade humana. Essa abordagem busca garantir o acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características pessoais, origem socioeconômica, etnia, gênero, orientação sexual, habilidades ou limitações. A inclusão na educação é um processo que envolve a criação de ambientes escolares acolhedores e inclusivos, que deem oportunidade de permanência, reconhecimento e valorização à diversidade humana e promova a igualdade de oportunidades ao estudante incluído.

Sobre o reconhecimento do espaço escolar como local de formação, Miranda e Galvão Filho (2012) salientam que:

> Entendemos ser fundamental pensar a escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazeres.



Plano Nacional de educação (PNE)

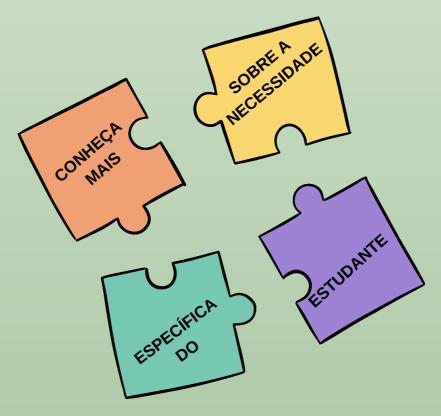
O PNE é um documento que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre o período de 2014 e 2024. Para acompanhar o desafio de trabalhar com o estudante incluso, uma das metas do PNE é garantir a matrícula e ofertar atendimento educacional especializado a todos estudantes com necessidade específica.

Conheça o PNE



A Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) define e organiza o sistema educacional brasileiro, da Educação Básica ao Ensino Superior. Aprovada em 20 de dezembro de 1996, tem como objetivo assegurar o direito a educação para todos os estudantes.





Descrição da imagem: Imagem de um quebra cabeça com a mensagem: conheça mais sobre a necessidade específica do estudante.

O espaço escolar pode ser reconhecido como local de formação e sobre isso Miranda e Galvão Filho (2012) dizem que:

Entendemos ser fundamental pensar a escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazeres

Assim, cabe ao professor que diretamente tem a função de incluir esse estudante no ambiente escolar, estar preparado para realizar estratégias e garantir que o estudante com deficiência tenha acesso e permanência a uma educação de qualidade.

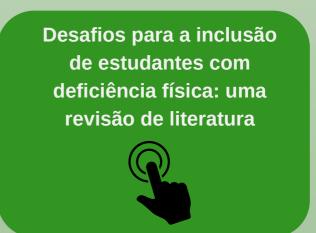
Com o proposito de contribuir para a formação continuada dos professores, a seguir você encontrará algumas ações que poderão auxiliar na compreensão de algumas deficiências.



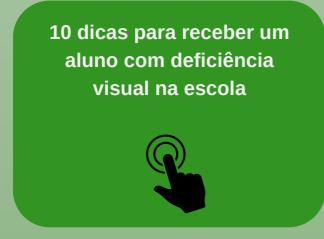
Conheça algumas necessidades específicas dos estudantes

DEFICIÊNCIA FÍSICA





DEFICIÊNCIA VISUAL



A inclusão da pessoa com deficiência visual nas séries iniciais da rede regular de ensino

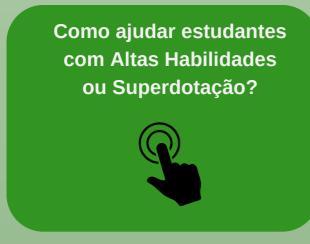


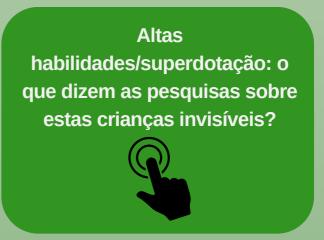
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA





ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO







DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental Deficiência Múltipla



Deficiência Múltipla:
Formação de Professores e
Processos de EnsinoAprendizagem



SÍNDROME DE DOWN

A Inclusão Educacional de Alunos com Síndrome de Down: perspectivas e desafios

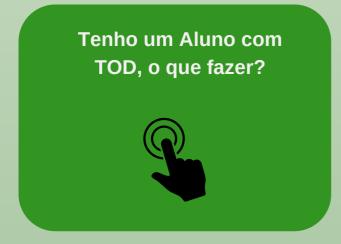


A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades



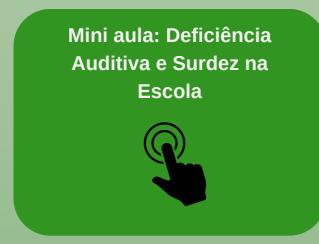


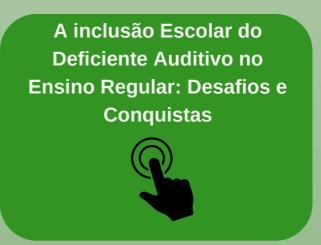
TRANSTORNO OPOSIÇÃO **DESAFIANTE (TOD)**





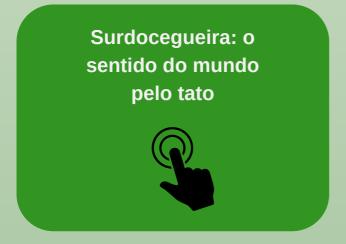
DEFICIÊNCIA AUDITIVA.

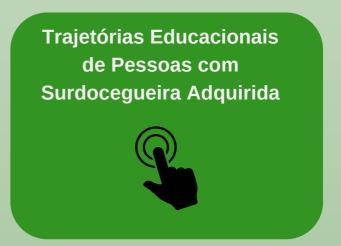






SURDOCEGUEIRA





POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA **DO IFRJ**



CLIQUE AQUI



Como chamar

Conforme a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU) o usar do termo Pessoa Portadora de Deficiência não é correto.

Dessa forma a pessoa não está portando uma deficiência, ela só tem a deficiência. Então, o uso correto do termo é de acordo com as deficiência.



- Cegos: Pessoa com Deficiência Visual
- Surdo: Pessoa com Deficiência Auditiva
- Síndrome de Down: Pessoa com Deficiência Intelectual
- Cadeirantes, amputados etc: Pessoa com Deficiência Física
- Transtorno do Espectro do Autismo: Pessoa com TEA

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS





Tecnologia Assistiva: O que é?

A tecnologia assistiva pode ser entendida por um conjunto de recursos e serviços que tem a intenção de possibilitar mais acesso e liberdade para as pessoas com deficiência em sua vida diária. Devese levar em conta que essa pessoa esteja apta de exercer as atividades com qualidade e em igual condição as outras pessoas.

De acordo com a portaria nº 142 do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), a partir de 2016 as escolas e empresas tem que usar tecnologia assistiva como ferramenta para corroborar com a inclusão social.

Conheça a Portaria



CLIQUE AQUI



Exemplos de Tecnologia Assistiva

Be My Eyes



Descrição da imagem: Fotografia de um olho. Fonte: Canva

Be My Eyes é uma plataforma gratuita que pode ser baixado em smartphone, e permite enxerga o ambiente para a pessoa com deficiência visual. A pessoa com deficiência visual aciona aplicativo que faz uma buscar local para encontrar um voluntário, uma vez encontrando, a pessoa com deficiência faz uma chamada de vídeo com esse voluntário. Com isso a possibilidade o voluntário auxiliar a pessoa deficiência de visual.

Conheça o Aplicativo

CLIQUE AQUI

Baixe o Aplicativo

CLIQUE AQUI



Leitores de tela e ampliadores

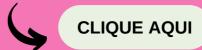


Descrição da imagem: Fotografia de duas mãos digitando em um notebook, com um celular, uma agenda e uma caneca de café sobre a mesa Fonte: Canva

Leitores de tela e ampliadores de imagem são softwares que reproduz por voz todo texto e imagem para pessoa com deficiência visual ou baixa visão.



Baixe o Aplicativo





Hand Talk

O Hand Talk é um aplicativo de tradução de Língua de Sinais, do Português para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de Inglês para Língua de Sinais Americana (ASL). Além de traduzir textos de sites do português para a LIBRAS, no entanto, o app é um recurso de comunicação rápida com o estudante. Sendo necessário a atuação do Interprete de LIBRAS para uma intervenção mais nas aulas.



Descrição da imagem: Imagem da página inicial do aplicativo Hand Talk. Fonte: Hand Talk

> Conheça o **Aplicativo!**

> > **CLIQUE AQUI**

Baixe o Aplicativo CLIQUE AQUI



Tecnologia Assistiva Econômica

Ao atuar com o estudante com deficiência necessário pensar a prática pedagógica utilizada para oferecer acessibilidade e melhor possibilidade de aprendizagem ao estudante incluso. Existem recursos que de maneira simples podem ser construídos.

Vamos conhecer?



Materiais adaptáveis

Adaptador para lápis para pessoas com deficiência



Aprenda a fazer

CLIQUE AQUI

Descrição da imagem: Fotografia de uma mão segurando um lápis com adaptador para pessoas com deficiência. Fonte: TOK & ART'S DA PROFESSORA LI

Tecnologia assistiva de baixo custo na sala de aula

Descrição da imagem: Fotografia do quadro inicial do vídeo explicativo de Tecnologia assistiva de baixo custo

Aprenda a fazer

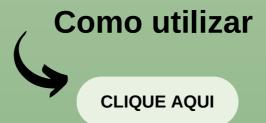


CLIQUE AQUI



Ferramentas Gratuitas de Tecnologia **Assistiva**

- Leitores de tela
- Ampliadores de tela
- Mudança no esquema de cores
- Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)
- Alternativas para mouse
- Alternativas para teclado
- Conversor de fala para texto
- Conversor de texto para áudio
- Tradutores de Língua Portuguesa para Libras
- Facilitar a leitura na web
- Atalhos de acessibilidade dos sistemas operacionais
- Ferramenta para gerar modelos 3D de placas Braille



ACESSIBILIDADE



Descrição da imagem: imagem dás dimensões da acessibilidade: Fonte: Politize



O que é Acessibilidade?

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realizou a pesquisa em 2019, aponta que 8,4% da população brasileira acima de 2 anos têm algum tipo de deficiência, o que representa 17,3 milhões de pessoas (...). Nesse sentido, é importante que a pessoa com deficiência possa ter as mesmas oportunidades de acesso a vida em sociedade que as demais, e para que isso ocorra alguns direitos devem ser garantidos, como a acessibilidade.

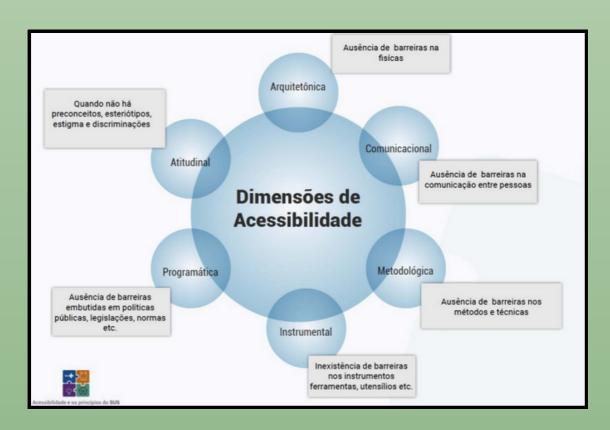
Segundo SASSAKI (2009), acessibilidade é dar oportunidade e condições para que a pessoa com deficiência possa realizar suas tarefas de maneira livre e sem impedimento. Barreiras de acessibilidade são definidas de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Lei nº 13146/2015).



O que é Acessibilidade?

Para que a pessoa com deficiência tenha condições de ter acesso aos serviços de transporte, meios de comunicação e informação e todos os serviços que possam oferecer liberdade e autonomia é necessário eliminar quaisquer tipos de barreiras que venham impedir sua inserção em sociedade. Sassaki (2010) apresenta seis dimensões de acessibilidade a serem observadas em todos os ambientes para que a pessoa com deficiência tenha o direito a autonomia.



Descrição da imagem: Imagem das 6 dimensões da acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal. Fonte: Fiocruz/IBICT



Dimensões da Acessibilidade

Acessibilidade Arquitetônica

Recursos que permitem a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida se locomover nos espaços com autonomia.

Acessibilidade Metodológica ou **Acessibilidade Pedagógica**

São metodologias e técnicas empregadas para permitir o acesso e continuidade da pessoa com deficiência a educação.



Dimensões da Acessibilidade

Acessibilidade Programática

É a conscientização por meio de programas para dar visibilidade aos decretos, leis, regulamentos e políticas públicas que atendam as necessidades das pessoas com deficiência.

Acessibilidade Instrumental

São instrumentos e equipamentos indispensáveis para ações que podem ser escolares, profissionais, de lazer ou de recreação.



Dimensões da Acessibilidade

Acessibilidade atitudinal

São atitudes que todos precisam ter para minimizar barreiras para a pessoa com deficiência, assim garantindo a inclusão dessa pessoa.

Acessibilidade Comunicacional

São ferramentas que tornam a comunicação com a sociedade mais fácil, podendo ser utilizados legenda, áudio descrição, intérprete de libras e outros recursos que possibilitem a pessoa com deficiência se manifestar, seja verbalmente, por sinal ou por expressões.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOCENTE





O que o professor tem a dizer sobre suas experiências

O relato de experiências, aqui apresentado, é fruto do Webinário: Trocas de Experiências e Práticas Inclusiva dos Professores do IFRJ e IFF ocorrido em 15/05/2023 e realizado na Sala virtual com transmissão pelo canal do Youtube do Espaço Ciência Interativa (ECI), IFRJ/campus-Mesquita. O Webinário teve a participação de cinco professores que atuam no curso técnico integrado ao ensino médio e teve o objetivo de conhecer as experiências e contribuir com o processo de formação continuada em serviço dos docentes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) que trabalham na perspectiva inclusiva em seu cotidiano escolar e se despreparados em efetivar práticas inclusivas estudante com deficiência.

Como forma ilustrativa, apresentamos a narrativa professores, identificados como A e B, que atuam na perspectiva inclusiva e participaram do Webnário.

> **VAMOS CONHECER ESSAS EXPERIÊNCIAS?**



O Professor (A) relatou que ao ministrar sua aula recebeu uma aluna com baixa visão de nível moderado, na qual, se apresentou com resistências a própria deficiência e foi preciso uma reunião desta com a equipe pedagógica. Ele ressaltouque foi uma experiência desafiadora.

"É importante conversar com o aluno e saber quais são suas crenças, quais as crenças familiares e se existem crenças diferentes da abordagem proposta", conta o professor. "A inclusão é diferente de integrar, na inclusão as pessoas com deficiência devem fazer parte do contexto", destaca.

Ele salientou que saber da vivência do estudante é primordial, antes de começar qualquer abordagem educacional, seja ela em um computador, materiais com letras ampliadas ou braile para melhor entendimento do aluno. A aluna em questão não se via como uma pessoa com deficiência e, inclusive, desconhecia a lei que a amparava, sem conhecer seus direitos.

O professor relatou que houve um grande trabalho de desconstrução com essa aluna, sem abordar diretamente sua deficiência. Logo, o que melhor funcionou foi produzir materiais específicos e pedir a opinião da aluna quanto a acessibilidade para outros alunos, e assim ela pôde se sentir importante e aceitar melhor sua deficiência. Por fim, foi elaborado um material para alunos com baixa visão, no qual, o professor auxiliou e treinou quem estaria responsável por reproduzir o material.





A Professora (B) trouxe sua experiência com um estudante autista, que a princípio chegou com o diagnóstico do nível de suporte 1, mas com a observação do cotidiano dentro de sala de aula, a professora inferiu que o nível de suporte seria maior.

"O estudante apresentava dificuldade em compreender a fala, bem como eu também tinha dificuldade de entendê-lo". Esse estudante gostava de copiar todo o conteúdo do quadro, mas de maneira lenta, nesse sentido, foi permitido a ele que tirasse foto do quadro para copiar em casa.

A professora B notou uma grande dependência dos pais e foi incentivado um ganho de independência, permitindo que o aluno passasse mais tempo no campus e com a organização de uma agenda todos compromissos, de forma tivesse para anotar OS aue independência sobre si.

"Houve duas reuniões com profissionais especializados que ajudaram os professores a lidar melhor com a deficiência do estudante, que tinha o costume de intervir na aula com assuntos não pertinentes. Houve ainda dificuldade na relação do estudante com a turma, considerando que toda a turma tinha problemas de relacionamento, o que acabou tirando o foco em alguns momentos na inclusão. O estudante também apresentou dificuldade com manuseio de itens em laboratório e costumava questionar a falta de um mediador, que ele dispunha anteriormente, mas foram designados dois monitores para acompanhá-lo, que melhorou consideravelmente a participação do estudante nas aulas". A professora destaca que não tem formação na área e precisou pesquisar como deveria lidar com a especificidade da deficiência, montando um material adaptado para ele, sem deixar de fornecer o conteúdo necessário. A professora completa dizendo "que poderia utilizar métodos diferentes e adaptados de outras maneiras".



Considerações Finais

Para garantir uma educação inclusiva de qualidade, é preciso que existam políticas públicas que incentivem a formação continuada de professores, sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2015), profissionais especializados, profissional implementação de práticas pedagógicas inclusivas e um maior esforço na disseminação de informações sobre a educação inclusiva e seus benefícios para a sociedade como um todo.

Assim, com a inclusão do estudante com deficiência na escola regular, espera-se que essa se torne mais diversa e solidária. Porém, é observar como se dá a formação continuada dos importante professores da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), que vêm atuando na perspectiva inclusiva e se as metodologias utilizadas, oferecem ao estudante com deficiência um ensino amplo, não apenas de emancipação de todos os seres humanos, mas também da emancipação do ser humano por inteiro (Della Fonte, 2018).



Considerações Finais

Por meio deste Produto Educacional procuramos apresentar ao professor do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio como instituição federal atua, o que é a EPT e Educação Especial, conhecer um pouco mais sobre as políticas públicas que garantem o acesso e permanência do estudante incluso, refletir sobre o papel social da instituição, conhecer a função e as ações que o NAPNE realiza, apontar o conceito de práticas inclusivas, entender a cerca das deficiências que os professores atendem, saber qual a pronúncia correta ao chamar uma pessoa com deficiência, compreender o que é tecnologia assistivas, apontar como elaborar algumas ferramentas para utilizar com o estudante incluso por meio da Tecnologia Assitiva Econômica, indicar algumas Ferramentas Gratuitas de Tecnologia Assistiva que podem ser utilizadas em sala e por fim, relatar a experiência de dois professores que atuam no curso técnico integrado ao ensino médio e que efetivam práticas inclusivas no contexto da FPT.

Nesse sentido, O Guia Instrucional foi desenvolvido para contribuir para a formação integral do professor que atua na perspectiva inclusiva, auxiliando e garantindo que este se sinta mais seguro em efetivar práticas inclusivas para o estudante incluso.



Referência

ALMEIDA, C, A. Pessoas com deficiência ainda enfrentam desafios em Alagoas: 8,4% da população brasileira acima de 2 anos tem algum tipo de deficiência, aponta dados do IBGE. Gazeta de Alagoas. 21 set. 2022. Cidades.Disponível em: https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/387659/pessoascom-deficiencia-ainda-enfrentam-desafios-em-alagoas. Acesso em: 12/12/2023.

ALVES, Aline da Silva; SACRAMENTO, Carolina. Curso de acessibilidade e os princípios do SUS: formação básica para trabalhadores da saúde. Acessibilidade: barreiras e soluções. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/IBICT, 2019. Disponível em: Curso acessibilidade e princípios dos SUS. Módulo 3 parte 1. Acessibilidade: barreiras e soluções (fiocruz.br). Acesso em: 22/11/2023

ALVES, R. **Tecnologia de baixo custo**. [s.l.: s.n.],2022. 1 vídeo (32 min)Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=jFH4GJGPVLE. Acesso em 19/11/2023.

BARROS, A.C.M. Adaptador para segurar lápis para pessoas com deficiência.[s.l.]: Facaart, 2021. 1 vídeo (5 min). Disponível em: Adaptador para segurar lápis para pessoas com deficiência (youtube.com). Acesso em 20/11/2023.

BERTAGLIA, Rosi. Acessibilidade: exemplos, tipos e como se enquadrar às normas? Hand Talk, 29 dez. 2022. Acessibilidade. Disponível em: https://www.handtalk.me/br/blog/acessibilidade-exemplos. Acesso em: 12/12/2023.

BISOL, C; VALENTINI, C; STANGHERLIN, R; BASSANI, P. Desafios para a inclusão de estudantes com deficiência física: uma revisão de literatura. Educa, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/conjectura/v23n3/2178-4612-conjectura-23-3-601.pdf. Acesso em: 05/12/2023.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF), 23 dez. 1996. Disponível em: https://bit.ly/1U7QxVu. Acesso em: 18/11/2023.

BRASIL. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12/12/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde oferta cursos gratuitos sobre o Transtorno do Espectro Autista. [Brasília]: Ministério da Saúde, 01 abr. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-oferta-cursosgratuitos-sobre-o-transtorno-do-espectro-autista . Acesso em: 19/11/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. O Desafio das Diferenças nas Escolas. Boletim 21. [Brasília]: MEC, 2006.



15/11/2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino** fundamental: deficiência múltipla. [Brasília: MEC], 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_multipla_1.pdf. Acesso em: 05/12/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 28 de maio de 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/ptbr/media/acesso_informacacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf. Acesso em:

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva com os Pingos nos is.2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. Disponível em: https://jefersongonzalez.files.wordpress.com/2013/09/1 carvalho.pdf. Acesso em: 21/11/2023.

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO (UNIFAI). A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. [São Paulo]: UNIFAI, 2022. 1 vídeo (96 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xAenuuf6Now. Acesso em: 05/12/2023.

CIAVATTA, Maria, O Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral. Por que Lutamos? **Trabalho & Educação**. Belo Hoizonte: UFMG. v.23, n.1, p.197-205, jan-abr, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679. Acesso em: 21/11/2023.

CUTRIM, A; LIMA, C. A inclusão escolar do deficiente auditivo no ensino regular: desafios e conquistas. UFMA. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em: file:///C:/Users/SAMSUNG/Desktop/ainclusaoescolardodeficienteauditivonoensinoregulardesafiosecon quistas.pdf. Acesso em: 05/12/2023.

DOMINGUES, C. 10 dicas para receber um aluno com deficiência visual na escola. [s.l.]: Canal Inclunet, 2021. 1 vídeo (3,39 min) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e1ZH01gsYtA. Acesso em: 05/12/2023.

DUTRA P.C; SANTOS. D. C. M; GUEDES. T. M. Manual de Orientação: programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Portal Mec, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/9936-manual-orientacao-programa-implantacaosalas-recursos-multifuncionais. Acesso em: 04/11/2023.

FACULDADE CENSUPEG. Como ajudar estudantes com altas habilidades ou superdotação. [s.l.] CENSUPEG, 2023. 1 vídeo (89 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-xzHHGvK64. Acesso em: 05/12/2023



FIGUEIREDO, R.V. **Gestão da aprendizagem na diversidade**. Universidade Federal do Ceará. Ceará: UFC, 2008. Disponível em:

http://www.aprendizagemnadiversidade.ufc.br/documentos/inclusao_escolar/gestao_da_aprendizagem.pdf. Acesso em: 22/11/2023.

FREIRE, P. R. N. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALA, S. Ana, Tecnologia Assistiva. **Hand Talk**, 25 maio.2023. Acessibilidade digital. Disponível em: https://www.handtalk.me/br/blog/tecnologias-assistivas. Acesso em: 22/11/2023.

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). **História do IFRJ**. Rio de Janeiro: IFRJ. 15 maio.2020. Disponível:

https://portal.ifrj.edu.br/institucional/historia-ifrj. Acesso em: 19/11/2023.

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). **Missão, Visão e valores**. Rio de Janeiro: IFRJ,2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/institucional/missao-visao-e-valores. Acesso em: 18/11/2023.

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). **Política de educação especial inclusiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IFRJ,2023. Disponível em:

https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/resolucao_125-2023_-
_politica_de_educacao_especial_inclusiva.pdf. Acesso em: 21/11/2023.

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Centro Tecnológico de Acessibilidade. **Ferramentas gratuitas de Tecnologia Assistiva**. Rio Grande do Sul: IFRS. Disponível em: https://cta.ifrs.edu.br/tecnologia-assistiva/ferramentas-gratuitas-de-ta/#libras. Acesso em: 29/11/2023.

Instituto Federal Fluminense (IFF). **Histórico do IFFluminese.** Portal IFF. Rio de Janeiro: IFF. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffluminense/historico-do-iffluminense. Acesso em: 23/11/2023.

Instituto Federal Fluminense (IFF). **Nossas unidades**. Rio de Janeiro: IFF. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi. Acessado em 23/11/2023

Instituto Federal Fluminense (IFF). **Projeto político pedagógico (PPP)**. Rio de Janeiro: IFF, 2022. disponível em: file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/PPI%202018-2022%20(4).pdf . Acesso em: 23/11/2023.

Instituto Federal Fluminense (IFF). **Resolução n.º 33, de 15 de outubro de 2018**. Aprova, *ad referendum*, o Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense, 2018. Disponível em: programa-de-acessibilidade-educacional-do-instituto-federal.pdf. Acesso em: 23/11/2023.



Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). **Semana da inclusão**. Floresta(PE):IF Sertão-PE, 2017.Disponível em: https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/campus/floresta/5584-semana-da- inclusao. Acesso em: 23/11/2023

IMAGENS, Canva. Disponível em: <u>Banco de Imagens Grátis: Baixe Fotos e Ilustrações (canva.com)</u>. Acesso em: 22/11/2023.

INES DDH CT. Surdocegueira: o sentido do mundo pelo tato. [s.l]: INES, 2017. 1 vídeo (50 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3413dCuo5lc. Acesso em: 09/12/2023.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

LEME, Fabiana. Mini aula: deficiência Auditiva e Surdez na Escola. [s.l.]: Inclutopia, 2021. 1 vídeo (13,43 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HH83PEAgzp4&t=2s. Acesso em: 05/12/2023.

LOPES, C. Autismo e a inclusão escolar. [s.l.]: Claúdia Lopes Psicológia e Inclusão, 2018. 1 vídeo (13,20 min.). Disponível em: Autismo e inclusão escolar (parte 1) - YouTube. Acesso em: 05/12/2023.

LUIZ, F; BORTOLI, P; SANTOS, M; NASCIMENTO, L.A. Inclusão educacional de alunos com síndrome de down: perspectivas e desafios. Revista Brasileira de Educação Especial, 2008. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rbee/a/7MT8XR7d83GG4zZyBjVn7ns/#:~:text=No%20artigo%20206%2C%20in ciso%201,%22%20(BRASIL%2C%202004). Acesso:05/12/2023.

MALAQUIAS. C. Resumo do levantamento sobre educação inclusiva da Universidade de Harvard. Movimento Down. 22 dez. 2016. Notícias. Disponível em: Resumo do levantamento sobre educação inclusiva da Universidade de Harvard - Movimento Down Acesso em: 22/11/2023.

MANTOAN, M.T.E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Orgs.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATERIAL adaptado aluno com paralisia cerebral- pc. Tok & Art's da Professora Li.[s,l:s.n.], 16 abr. 2010.Blogspot. Disponível em: https://elianeprado.blogspot.com/2010/04/material-adaptado-aluno- com-paralisia.html. Acesso em 21/11/2023.

MENDHES, Tulio, Terminologia no Tratamento da Pessoa com Deficiência. **G1 Globo**. 01 fev. 2018.Disponível em: <u>Terminologia no tratamento da Pessoa com Deficiência | Blog Mão na Roda da</u> Rede Globo, Acesso em: 21/11/2023.



MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Bahia: EDUFBA, 2012.

NAPNE Volta Redonda. **Portal IFRJ**. Volta Redonda: IFRJ,2023. Disponível: https://portal.ifrj.edu.br/volta-redonda/napne-nucleo-apoio-pessoas-necessidades-especificas. Acesso em: 18/11/2023.

Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas do IFF Maricá. **Portal IFF**. Maricá: IFF, 2022, disponível em: https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/marica/painel-do-estudante/nucleo-de-atendimento-as-pessoas-com-necessidades-educacionais-especificas-napnee. Acesso em: 23/11/2023.

OLIVEIRA, Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Educação Pública**. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista. Acesso em: 05/12/2023.

PLETSCH, M, D. Deficiência Múltipla: formação de professores e processos de ensino-aprendizagem. **Cadernos de Pesquisa**. v.45, n. 155, p. 12-29, jan-mar, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/yRQGbhH4LDXnn8SQcZZVpdp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05/12/2023.

POSSAMAI, Anderson. **Deficiência física**: completo. [s.l: s.n.], 2015. 1 vídeo(22,34 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iUj5CvyxPUo. Acesso em: 05/12/2023

REVISTA DMAIS. **Be my eyes**: aplicativo para pessoas com deficiência visual está disponível para Android. [s.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (1,48 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch? v=ktnl1TFWvrM&t=34s . Acesso em 21/11/2023.

SANTOS, Leisle Maclene Santos; GONZAGA FILHO, Milton. Transtorno desafiador opositivo: a agressividade no ambiente escolar. **Revista Científica Multidisciplinar**. Núcleo do Conhecimento. ano 03, ed. 02, vol. 03, p. 101-119, Fevereiro, 2018.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 15/12/2023.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

71



Fonte: Portal IFF.

SILVA, A; SILVA, G; CAVALCANTI, T. A inclusão da pessoa com deficiência visual nas séries iniciais da rede regular de ensino. UFPE. Pernambuco: UFPE,2014. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/39399/2407231/SILVA%3B+SILVA%3B+CAVALCANTI+-+2014.2.pdf/9139e41e-5759-4449-81a1-250c846a23c2. Acesso em: 05/11/2023.

TRAJETÓRIAS educacionais de pessoas com surdocegueira adquirida. Revista Brasileira de Educação Especial, 2021. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rbee/a/XVwRR6kWKFGR5TcW5fTLJ4H/.Acesso em: 09/12/2023.

TENHO um aluno com TOD, o que fazer? [s.l.]: **Grupo Rhema Educação**, 2023. 1 video (54,41 min) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=alNWPm07o5M. Acesso em: 05/12/2023.



Sobre as Autoras

Maryluci da Silva Ribeiro: Licenciada (UMS), Visuais em Artes Pós-Graduação Lato Sensu em Docência Educação Profissional na Tecnológica, pelo IFRJ, Professora na Prefeitura Municipal de Maricá e na Prefeitura Municipal de São Gonçalo.



Descrição da imagem: Fotografia da autora Maryluci Ribeiro.



Descrição da imagem: Fotografia da autora Marta Mendes

Marta Ferreira Abdala Mendes: Ciências Biológicas Licenciatura em (UERJ), mestrado em Educação pela (UERJ) e doutorado em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz, professora titular do IFRJ, professora nos cursos de Especialização em Educação e Divulgação Científica; Especialização em Divulgação Científica (modalidade EAD), Especialização em Neuroeducação do (IFRJ), Especialização em Ensino de do (IFRJ)e Ciências professora do Profissional Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do (IFRJ)